

## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E QUILOMBOS: DOS CONHECIMENTOS SOCIOCULTURAIS AOS CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Raquel Amorim Santos<sup>1</sup>  
Simeia Santos Andrade<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo analisa as Relações Étnico-Raciais e o conhecimento sociocultural em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e sua interface com o currículo da Educação Escolar Quilombola. Utilizou-se a abordagem qualitativa, estudo documental do Projeto Político Pedagógico das escolas que atuam na Educação Escolar Quilombola e fotografias sobre os aspectos socioculturais das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará. Utilizou-se a análise do discurso com base no *dialogismo discursivo* de Bakhtin (2010) e bibliografia especializada sobre a temática. Os resultados do estudo revelam que o PPP apresenta um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola, considerando as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural do quilombo, sendo flexível e dialógico (comunidade escolar e local). Os saberes socioculturais são reconhecidos e valorizados pela comunidade e fortalecido por uma rede de solidariedade, que mantém viva a história e cultura do quilombo por meio dos saberes dos mais velhos, dos saberes da terra e da ancestralidade. Conclui-se que o PPP para a comunidade escolar quilombola se constitui como um projeto emancipatório (que abriga conflitos, lutas e resistências). A proposta curricular da Educação Escolar Quilombola incorpora conhecimentos tradicionais das comunidades em articulação com o conhecimento escolar (sem hierarquização) e busca ordenar os conhecimentos e as práticas sociais e culturais, considerando a presença de saberes que circulam, dialogam e indagam a vida social dos quilombos pesquisados da Amazônia paraense.

**Palavras-chave:** Conhecimentos Socioculturais. Currículo. Comunidade Quilombola.

## ETHNIC-RACIAL RELATIONSHIPS AND KILOMBOS: FROM SOCIOCULTURAL KNOWLEDGE TO CURRICULUM OF KILOMBOLA SCHOOL EDUCATION IN THE PARAENSE AMAZON

### RESUME

This study analyzes Ethnic-Racial Relations and socio-cultural knowledge in quilombola communities in Northeast Pará and its interface with the Quilombola School Education curriculum. The qualitative approach was used, a documentary study of the Pedagogical Political Project of schools that work in Quilombola School Education and photographs on the socio-cultural aspects of quilombola communities in Northeast Pará. We used discourse analysis based on Bakhtin's discursive dialogism (2010) and specialized bibliography on the subject. The results of the study reveal that the PPP presents

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunta da UFPA, Faculdade de Educação, Campus Bragança. Atualmente Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). Professora permanente do PPLSA, Linha de Pesquisa. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros (NEAB UFPA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa: Saberes socioculturais em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará. E-mail: raketamorim@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela PUC Minas (2018). Mestre em Educação pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (atual UNASP-2005), Especialista em Arte-Educação pela PUC Minas e em Currículo e Avaliação na Educação Básica pela UEPA, Licenciada em Pedagogia (UFPA) e Bacharelado em Serviço Social (UFPA). É Professora adjunta da Universidade Federal do Pará atuando nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de teatro e dança. Coordenadora do NUPEIA - Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos (UFPA/CNPq). Pesquisadora do NUPES - Núcleo de Pesquisa Social: Teoria Crítica da Sociedade, Cultura e Infância (PUC Minas/CNPq), do TAMBOR - Grupo de Pesquisa em Carnaval e Etnocologia (UFPA/CNPq). E-mail: simeiaandrade@uol.com.br

a curriculum focused on Quilombola School Education, considering the specificities of the historical, political, economic and socio-cultural reality of the quilombo, being flexible and dialogical (school and local community). Sociocultural knowledge is recognized and valued by the community and strengthened by a solidarity network, which keeps the quilombo's history and culture alive through the knowledge of the elders, the knowledge of the land and ancestry. It is concluded that the PPP for the quilombola school community is constituted as an emancipatory project (which houses conflicts, struggles and resistance). The curricular proposal of Quilombola School Education incorporates traditional knowledge from communities in conjunction with school knowledge (without hierarchy) and seeks to organize knowledge and social and cultural practices, considering the presence of knowledge that circulates, dialogues and questions the social life of quilombos surveyed in the Amazon of Pará.

**Keywords:** Sociocultural knowledge. Curriculum. Quilombola Community.

**Data de submissão:** 28/08/2020

**Data de aprovação:** 01/09/2020

## INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido por meio de atividades de pesquisa sediadas no Campus Universitário de Bragança (UFPA), por meio do Projeto de Pesquisa Relações Étnico-Raciais e os Conhecimentos Socioculturais em Comunidades Quilombolas do Nordeste do Pará<sup>3</sup>. Objetiva investigar as relações étnico-raciais e os conhecimentos socioculturais das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e sua interface com o currículo da Modalidade de Ensino Educação Escolar Quilombola.

A educação proposta para as comunidades quilombolas deve ser aquela que se firme nas tradições históricas, na memória, nos costumes e nas trajetórias da população negra, com vista a construção da valorização da identidade étnica. Segundo O'Dwyer (2008, p. 18), o termo quilombo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos brasileiros (BRASIL, 2012). Na contemporaneidade esse termo é compreendido como “[...] grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio”.

Os quilombos contemporâneos (rurais e urbanos), possuem singularidades (i)materiais advindas da memória coletiva (patrimônio simbólico) marcados pela especificidade e por suas diferenças socioculturais que devem ser reconhecidas, valorizadas e priorizadas considerando suas trajetórias e a melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas. Isso exige um novo modo de pensar os quilombos, inclusive um [re]planejamento com a inclusão do etnodesenvolvimento e da integração das dimensões ambiental, social, cultural, econômica e política visando a qualidade de vida das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas<sup>4</sup> são grupos que passaram a contar com um reconhecimento oficial de sua cultura e identidade, porém, continuam em conflitos em relação

---

<sup>3</sup> Projeto de Pesquisa Coordenado pela Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos, por meio de estudos realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros (NEAB/UFPA), em parceria com a Faculdade de Educação, Campus Bragança/UFPA. Plano de Trabalho: Relações Étnico-Raciais e Quilombos: um estudo sobre os conhecimentos socioculturais e sua interface com o Currículo Educação Escolar Quilombola no Nordeste do Pará, financiado pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Interior (2018-2019), tendo como bolsista Deidiane Costa Guimarães. E-mail: deidianeguimaraes5@gmail.com

<sup>4</sup> As comunidades negras remanescentes de quilombos foram reconhecidas no Brasil pela Constituinte de 1988 e contam com o direito à titulação dos seus territórios. São mais de mil comunidades negras (não só rurais, como semirurais e algumas urbanas) espalhadas de norte a sul do Brasil. Elas representam o desdobramento dos

ao direito à terra e ao território, sendo, portanto, a terra e as relações estabelecidas na construção da cultura elementos importantes para essas comunidades. A forma de se relacionar com a terra, a produção coletiva, as relações sociais comunitárias e a valorização de traços socioculturais corroboram para a importância da categoria território a esses sujeitos impregnados de significações identitárias (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014; ARRUTI, 2008), marcados pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo (O'DWYER, 2008; BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais – PNPCT (Decreto Nº 6.040/2017), no artigo 3º, inciso I, considera Povos Tradicionais e Comunidades Tradicionais como: “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...]”. Assim, utiliza-se de “[...] conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

A PNPCT visa ainda garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto não-formais (BRASIL, 2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) estabelecem que a Educação Escolar Quilombola compreende escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. As DCNEEQ, consideram ainda a escola quilombola sendo aquela localizada em território quilombola que se fundamenta na memória coletiva, das línguas remanescentes, dos marcos civilizatório, das práticas culturais, das tecnologias e formas de produção do trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos, como a territorialidade, que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012).

De acordo com os princípios da Educação Escolar Quilombola deve ser assegurado a garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, entre outros. Segundo a Lei Nº 10.639/2003, Art. 26-A torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, ainda no § 1º estabelece o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Para Santos (2014, p. 77) “[...] a Lei nº 10.639/2003 contribui para inserir a questão racial no cerne da política curricular no Brasil, sendo um dos mecanismos para contestar a ausência da história e cultura afro-brasileira [...]”, e deve ser inserida de modo estrutural no “[...] currículo escolar, Projeto Político Pedagógico, planos de ensino e as desigualdades “raciais” introduzidas no imaginário da escola básica”, sendo necessária a ampliação de políticas públicas educacionais, (re)formulação dos currículos com a inserção da temática étnico-raciais.

A concepção de currículo que baliza esse estudo baseia-se no currículo como política cultural que “[...] nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...]. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva [...]. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais,

---

antigos quilombos articulados a um complexo campesinato negro, que incluía vilas de libertos, doações de terra e a migração de familiares durante os tempos da escravidão e do pós-abolição (SCHWARCZ; GOMES, 2018).

políticas e econômicas [...]” (APPLE, 2009, p.59). O currículo se constitui como uma arena de lutas, profundamente implicado em relações de poder em busca de hegemonia de uma determinada concepção, portanto, como política cultural que visa a orientar determinados desenvolvimentos simbólicos, obter consenso para uma dada ordem e/ou alcançar uma transformação social desejada (APPLE, 2001).

Segundo as DCNEEQ no currículo da Educação Escolar Quilombola a organização do tempo curricular deve se realizar em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias dos seus estudantes, não se restringindo às aulas das várias disciplinas. Também deve-se levar em consideração “[...] o percurso formativo dos estudantes que deve ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais [...]”, mas também, conforme “[...] cada projeto escolar, outros componentes flexíveis e variáveis que possibilitem percursos formativos que atendam aos inúmeros interesses, necessidades e características dos educandos” (BRASIL, 2012, p. 22).

De acordo com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB), a Educação Escolar Quilombola deverá seguir os eixos orientadores gerais da educação brasileira e também se referenciar nos valores das comunidades quilombolas. Segundo as Diretrizes o currículo na Educação Escolar Quilombola poderá ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar (BRASIL, 2012).

A despeito das prescrições das DCNGEB, a Educação Escolar Quilombola, contudo deverá ir mais além: “[...] ao dialogar e inserir os conhecimentos tradicionais em comunicação com o global, o nacional, o regional e o local, algumas dimensões deverão constar de forma nuclear nos currículos das escolas rurais e urbanas [...]” que ofertam a Educação Escolar Quilombola e que estejam relacionados com “[...] a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território” (BRASIL, 2012, p. 42).

O estudo está estruturado em três seções que apresentam o percurso metodológico e os resultados dessa investigação. Na primeira seção descreve-se o percurso metodológico da pesquisa (área de estudo, *locus* da pesquisa, coleta e análise dos dados). Na segunda seção aborda-se os conhecimentos socioculturais, memórias e história das comunidades. Na terceira analisa-se o Projeto Pedagógico da Comunidade Quilombola do América em Bragança-PA, visando compreender as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias e sua relação com o currículo escolar, tendo em vista a obrigatoriedade da Lei nº 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) e as DCNEEQ.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa fundamenta-se na abordagem de pesquisa qualitativa, por possibilitar que a realidade social seja compreendida como algo composto de múltiplas significações, de representações que carrega o sentido da intencionalidade. Para Chizzotti (2010) o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

Minayo (2001) aponta que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, como fenômenos de aproximações sucessivas da realidade, uma combinação particular entre a teoria e os dados. Isso significa que o universo de significados, crenças,

valores, atitudes, os saberes, que correspondem a um espaço das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O estudo foi realizado nas comunidades Quilombolas do América em Bragança-PA e Jurussaca em Tracuateua-PA, situadas no Nordeste do Pará, são espaços com raízes culturais muito semelhantes, todavia, cada comunidade apresenta traços específicos, principalmente no que se refere as religiões, garantindo uma identidade única que a diferencia da outra comunidade.

A Comunidade Quilombola do América localiza-se na área rural do município de Bragança-PA. O acesso a localidade ocorre pela Rodovia PA 458 (Bragança/Ajuruteua), pela estrada da Vila de São Tomé e entre as vilas de Acarajó Grande e Bacuriteua. Distancia-se da Comunidade do Jurussaca aproximadamente 25 km. A comunidade está situada na Unidade de Conservação Brasileira Marinha Caeté-Taperaçu.

A Comunidade apresenta-se em torno de 200 famílias, que mantem a base econômica familiar proveniente da agricultura familiar, pesca, extrativismo do caranguejo, benefício social: bolsa família e aposentaria. Além do cultivo de hortaliças, árvores frutíferas, criação de animais, aves, beneficiamento da farinha, a produção de beiju, bolo de massa, coleta do açaí, caça, que visam à subsistência familiar.

Figura 1: Entrada da Comunidade Quilombola do América



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

A comunidade quilombola do Jurussaca, por sua vez, situa-se no município de Tracuateua-PA, aproximadamente 10 km da sede do município. A localidade fica situada dentro da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. A localização da comunidade fica dentro do projeto que visa o turismo na chamada Rota Turística Belém-Bragança, ou seja, a comunidade está inserida dentro dos espaços onde funcionou a décadas a estrada de ferro que

cortava o estado do Pará, e que gerava fortes influências no transporte de alimentos e mercadorias para a capital, além de possibilitar que pessoas se deslocassem de uma localidade para outra em busca de melhorias.

A comunidade é constituída por aproximadamente 100 famílias e dispõe de uma Unidade de Saúde que atende a população e demais comunidades circunvizinhas. Existe uma escola que atende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ensino multisseriado, além de duas igrejas, sendo uma protestante e a outra Católica.

Figura 2: Entrada da Comunidade e Placa da Rota Turística



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

Na coleta dos dados utilizamos a observação, essa técnica é importante pois possibilita “[...] um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”, a observação permite também que “[...] o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos” [...] e acompanha *in loco* as experiências diárias do sujeito (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

A observação ocorreu em agosto de 2018 a julho 2019 nas comunidades quilombolas, com o objetivo de observar os aspectos socioculturais e sua relação com o currículo da Educação Escolar Quilombola. Primeiramente entrou-se em contato com as lideranças das comunidades que após explanação dos objetivos da pesquisa entregou-se os ofícios da Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança/UFPA. Posteriormente iniciou-se a visita nas comunidades e em seguida contactou-se as gestoras e professores das escolas para dialogar sobre os objetivos do estudo e a solicitar autorização para a realização do estudo.

Utilizou-se também os registros fotográficos considerados uma “[...] plataforma privilegiada de observação e de registro de fenômenos sociais visualmente relevantes, que apoia a produção de conhecimento cientificamente controlado sobre as sociedades fotografadas”. Para Guran (2014, p. 560) “[...] todo e qualquer documento fotográfico é, em

si, fonte de informação, dependendo de como for interrogado. Mas, adverte “[...] que nem toda fotografia funciona bem em uma pesquisa”. Assim, nesse estudo utilizou-se a fotografia para transmitir uma informação para uma determinada finalidade, neste caso para transmitir os conhecimentos dos saberes socioculturais das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará.

Nesse estudo, a análise documental é tratada a partir de leituras e marcação de pontos essenciais à temática em questão, de modo que serão destacados os pontos de maior expressividade, com interpretação reflexiva à luz do entendimento da literatura pertinente e relacionar os dados descritos com a realidade pesquisada. Para Ludke e André (1986, p. 40) “[...] a escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção” (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 40). O documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico da Escola da Comunidade Quilombola do América em Bragança-PA e objetivou identificar os saberes socioculturais e sua relação com o currículo da Educação Escolar Quilombola. Ressalta-se que o PPP da Escola da Comunidade de Jurussuca estava em construção até o momento da pesquisa.

## **2 MEMÓRIAS E SABERES SOCIOCULTURAIS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORDESTE DO PARÁ**

A seção discorre sobre a história, os saberes e a memória das comunidades remanescentes quilombolas do América e Jurussuca, no intuito de dar visibilidades acerca de seus pertencimentos, conhecimentos, além de visibilizar os modos de ser e viver das respectivas comunidades quilombolas. As comunidades quilombolas são compreendidos como grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetórias históricas própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência, à opressão do passado escravista (Decreto Nº 4.887/2003), ocorridas pelas cotidianas vivenciadas de desigualdades racial, econômica e violências.

As comunidades quilombolas do América em Bragança-PA e Jurussuca em Tracuateua-PA, localizam-se no Nordeste paraense. Na comunidade de Jurussuca os mecanismos de sobrevivência da comunidade baseiam-se na agricultura familiar, no extrativismo, na fabricação da farinha, na plantação de hortaliças e na criação de animais visando o próprio consumo.

A farinha de mandioca, destaca-se por ser um dos produtos da agricultura familiar que faz parte de um saber tradicional que envolve as famílias na produção da farinha e contribui para a economia do município. Na produção desse produto (a farinha) há uma relação do homem com a natureza (com a terra, com a plantação da mandioca) e com o lugar – a casa de farinha, geralmente aonde as pessoas da comunidade se encontram, conversam, contam anedotas, trabalham, sorriem e embalam seus produtos. Nela pode-se perceber a cultura material representada pelo tipiti (artefato de palha), pela peneira de furos largos, pelo forno de lenha e pelo rodo de madeira, cada um com o seu significado e representações.

Figura 3: Fabricação da Farinha (casa de farinha)



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

A relação que se estabelece na comunidade é a prática do bem comum<sup>5</sup>, ou seja, as atividades desenvolvidas no coletivo são pensadas e desenvolvidas a partir da extração natureza, em conjunto e para todos, visando à subsistência da própria comunidade. Segundo Furtado, Pedroza e Alves (2014, p. 111) “[...] pesar em território, é considerar um pedaço de terra para usufruto coletivo, como uma necessidade cultural e política de se distinguirem de outras comunidades e decidirem seu próprio destino”.

A casa da farinha, construída pelos moradores, é utilizada por todas as famílias da comunidade, de forma que todos são supridos na utilização do espaço. A relação estabelecida na utilização do espaço da casa de farinha pela comunidade baseia-se na prática de bem comum, principalmente no que se refere a utilização deste espaço por todos os comunitários, revela também a organização cultural e política que as comunidades quilombolas apresentam e se diferem de outras comunidades tradicionais.

---

<sup>5</sup> O uso do termo comum refere-se às diferentes ações de permanência na terra, como à pesca artesanal, pecuária e agricultura (SILVA, SARAIVA, 2017; ALMEIDA, 2004).

Figura 4: Casa de Farinha, o paneiro e o roçado de macaxeira



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

Os grupos geracionais idosos e crianças são muito presentes na produção da farinha. A proximidade com essa prática configura-se uma ação necessária para que a criança desenvolva conhecimento sobre a atividade familiar, assim como possibilita que sejam difundidos os conhecimentos de uma geração seja perpetuada em outrem, de pai para filho. Moura (1997) ressalta que diversas comunidades quilombolas reverberam esse modelo de agricultura baseada na subsistência, tal qual esse processo consolida em recriações até os dias atuais pelos seus próprios descendentes.

Os conhecimentos produzidos na comunidade refletem outra época, conforme foi perceptível nos diálogos estabelecidos na comunidade, a saber: “a gente vive disso [...] as famílias fazem roçado, nós fazemos paneiros, abanos, essas coisas, isso é aprendido desde novinho” (diálogos informais com a comunidade na casa de farinha). Esses discursos refletem outro espaço/tempo vivido por seus pais, tios, avós. As realidades da comunidade nos dias atuais são reflexos das heranças culturais firmadas no desenvolvimento da região, e especificamente da história da cultura quilombola.

Apesar da influência tecnológica e midiática na atualidade, a comunidade ainda tem seus costumes cotidianos, apresenta a realidade de uma comunidade rural que não perdeu sua identidade. Assim como no passado a identidade quilombola passou por um processo de construção. As influências do mundo moderno, das ideologias capitalistas, possibilitam a reconstrução da identidade da população quilombola, mas que não interfere “[...] na identidade de luta e resistência nos dias de hoje, contra a invisibilidade nos espaços sociais e a negação desses sujeitos enquanto quilombolas” (FURTADO, PEDROZA, ALVES, 2014, p. 112).

Os espaços representam “[...] espaços da memória e origem comum da comunidade, as histórias de vida de cada morador, os espaços onde se construíram e onde são vivenciadas as

simbologias religiosas da comunidade” (SILVA, SARAIVA, 2017, p. 192), os espaços territoriais lhes representam por suas influências e significação particular para cada indivíduo.

O território, as relações estabelecidas no coletivo, a religiosidade são elementos importantes na construção da identidade quilombola (FURTADO, PEDROZA, ALVES, 2014). As festividades religiosas são elementos importantes da cultura negra, especificamente os quilombolas, por meio dos ritos, danças, cantos existe um processo de libertação das situações vivenciadas, a garantia do fortalecimento de sua cultura.

Uma festividade importante que acontece na comunidade do Jurussaca, em meados do mês de outubro é a Festa de Todos os Santos (festa religiosa e popular) que ocorre em decorrência de graças alcançadas por promessas feitas a São Benedito (e a Todos os Santos). É contado pelos moradores antigos que foram convocados homens da comunidade para ir à guerra, amedrontados por essa situação um morador fez uma promessa a todos os santos católicos, se fossem dispensados para servir a guerra os moradores fariam uma procissão com Todos os Santos da comunidade e com São Benedito (santo que abre a festa à frente da procissão) e assim foi realizado o primeiro festejo. A festividade acontece por meio de danças, ladainhas, procissão em ação de graças a todos os santos, e que dura aproximadamente quatro dias. O processo de celebrar esse marco da história da religiosidade da comunidade representa um movimento necessário para manter viva a memória dos antepassados e da própria comunidade.

As realidades das Comunidades do Jurussaca e América são semelhantes e compartilham experiências próprias, que se revelam na riqueza identitária que cada localidade apresenta. Para O’Dwyer (2008, p. 10) a identidade cultural “[...] não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo”.

A Comunidade do Quilombola do América vive economicamente da agricultura familiar, da pesca, do extrativismo, do caranguejo, do benefício social, também do cultivo de hortaliças, das árvores frutíferas, da criação de animais, das aves, do beneficiamento da farinha, da produção de beiju, do bolo de massa, da coleta do açaí, da caça, que visam à subsistência familiar.

A conhecida farinha de Bragança faz parte da tradição cultural alimentar e hábitos de moradores em produzir a farinha de mandioca, é famosa pela qualidade do sabor e pela crocância, sendo um elemento constante na mesa dos bragantinos e alhures. Para a produção da farinha a casa do forno (ou de farinha) é um elemento da cultura material essencial para sua produção, geralmente se localiza nos fundos dos quintais das casas e nos dias de produção a casa se transforma em um ambiente familiar, acolhedor e de trabalho para as famílias do quilombo, reúne crianças, adolescentes, jovens e adultos que trabalham e ao mesmo tempo aprendem a prática do cultivo, manejo e beneficiamento da mandioca.

Figura 5: Plantação de mandioca e a casa de farinha



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

A comunidade firma-se economicamente na agricultura familiar e seus conhecimentos estão relacionados a utilização de recursos naturais como o cipó e a palha de guarumã para a produção de acessórios que serão utilizados no cotidiano da comunidade, no transporte de alimentos, como: paneiro, cerão, tipiti, abano, meiasaba<sup>6</sup>, peneira, que fazem parte do processo de beneficiamento artesanal da mandioca e seus derivados. Os conhecimentos sobre a confecção desses utensílios ficam a cargo dos mais velhos, e por alguns mais jovens repassado pelos familiares que tem conhecimento sobre a técnica.

O extrativismo do caranguejo é uma opção que possibilita renda extra das famílias da comunidade. Na coleta do Caranguejo é evidenciado rotineiramente famílias inteiras indo para o mangal, as vezes para o próprio consumo, mas se a coleta é farta parte dessa produção é levada a cidade para a comercialização. No período do inverno a coleta torna-se mais difícil pela quantidade de água dentro dos manguezais.

Os espaços territoriais dessas comunidades são também espaços de memória coletiva, e de suas raízes ancestrais. Os espaços da floresta, manguezais e a própria terra, são meios de subsistência e também de saberes únicos, desenvolvidos historicamente. Muitas das comunidades remanescentes de quilombos apresentam uma forma alternativa de organização social, etnicamente constituída, nas dimensões histórica, social e culturalmente diferentes, e esses elementos vinculam-se profundamente com o modo de acesso e com os usos da terra (SOUZA, 2008).

Na Comunidade Quilombola do América é visualizado influência maior da cidade e da tecnologia, quiçá seja pela proximidade do contexto urbano. As relações estabelecidas na comunidade têm sido conflituosas no que diz respeito a religiosidade, principalmente aquelas

<sup>6</sup> Um artefato utilizado como janelas, nas canoas para cobrir redes e alimentos, feito das palhas de guarumã.

relacionadas a matriz africana, o que gera situações de preconceito e discriminação aos adeptos dessa religião. A comunidade realiza a festividade anual do Círio que ocorre no mês de maio, tendo como padroeira da comunidade Nossa Senhora do Sagrado Coração Imaculado de Maria.

As relações estabelecidas nos grupos sociais das comunidades quilombolas são relações que criam e confirmam o direito à terra, portanto é nesse território que se cria e recria a identidade quilombola. A identidade se define pelo imaginário social construído pelas vivências e valores compartilhados no seio familiar e social.

A condição de existência nesse território requer a ampliação de políticas públicas que ofereçam condições de saúde, moradia, trabalho, saneamento básico e à educação para a todos da comunidade. É válido ressaltar que existe um esforço coletivo pelo direito com dignidade a moradia, entre outros aspectos, assim pode-se perceber com o passar dos tempos que a comunidade tem investido em residências de alvenaria, mas existe também a tradição das casas de taipa de mão<sup>7</sup> também conhecida como pau a pique.

Figura 6: Casas de alvenaria e taipa



**Fonte:** Acervo do Projeto de Pesquisa, NEAB/2019.

Uma situação recorrente nos diálogos tecidos na comunidade refere-se ao pertencimento (o ser quilombola) aceitação ou não da identidade quilombola. A apropriação e construção de identidades resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma desagregação maior quanto um diálogo mais

---

<sup>7</sup> Segundo Pisani (2003) atualmente as taipas de mão são empregadas nas zonas rurais em construções rústicas ou técnica alternativa. Ainda é encontrada praticamente em todos os estados brasileiros, mas a técnica é muito rudimentar e, normalmente não possui as características de estabilidade, durabilidade e conforto das elaboradas no período colonial.

fecundo e enriquecedor (HAESBAERT, 2002, p. 121). Compreende-se que o estigma e o preconceito que historicamente arraigou a cultura negra brasileira nos espaços sociais tem causado exclusões e desigualdades.

A investigação acerca das duas comunidades revela uma aproximação de dois territórios com história próxima e tão particulares. Assim o processo organizacional desses territórios não se restringe somente a afirmação da identidade, mas a compreensão desses territórios como espaços que lutam pelo “[...] movimento de etnicidade e da luta pelo direito agrário, que visa à ação política transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra” (LIRA, NETO, 2016).

As relações que se estabelecem entre os comunitários em ambas as comunidades, refletem que suas histórias perpassam enquanto luta ao direito de todos, assim esses conhecimentos decorridos durante os anos configuram-se enquanto uma riqueza de um grupo social, que vive da terra e que luta para que o território seja preservado, sendo respeitado por ser a energia vital dessas comunidades.

### **3 VISIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Nesta seção são discutidos os desdobramentos acerca da Educação Escolar Quilombola apresentadas no Projeto Pedagógico da escola situada na comunidade do Quilombo do América-PA. O documento foi construído no ano de 2017, e na sua construção houve a participação do coletivo escolar e comunidade geral. O documento tece contribuições firmadas nas Leis Nº 10.639/2003 e a sua ampliação para a Lei Nº 11.645/2008, e em conformidade com a Lei nº 12.288/2010 referente ao Estatuto da Igualdade Racial, com vista a construir uma proposta pedagógica que considerem os conhecimentos, e, sobretudo valorizem suas raízes culturais, históricas e sociais, ritos, costumes, valores, e direitos educacionais.

Na proposta pedagógica curricular para a EIMEF América Pinheiro de Brito, visando atender as demandas referentes à implementação da Lei nº 10.639/2003 e a sua ampliação à Lei 11.645/2008, e em conformidade com o Estatuto da Igualdade Racial, lei 12.288/2010, a saber, assegura: “[...] a inclusão da família, a convivência com o sagrado, as vivências na escola, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade, como a ARQUIA” (PPP, 2017, p.49).

A partir desse discurso vê-se a importância que a escola tem dado em formar parcerias que tornem próximas às realidades por meio das relações sociais estabelecidas entre escola, movimentos sociais e comunidade, a criação de vínculos e o estreitamento dos “laços”. Ao prevê as articulações e proximidades com as famílias, organizações e vivências da comunidade o documento possibilita que o espaço educacional seja um ambiente propício à construção de pessoas que conheçam sua história, suas lutas e seus direitos. Na concepção de Souza “[...] rede e os laços que concebem os quilombolas enquanto povo e comunidade têm na dimensão político-organizativa uma força central, que dinamiza e oxigena essa luta como coletiva das comunidades pela garantia de seus direitos” (SOUZA, 2008, p. 81).

Quando o currículo contempla aspectos fundamentais de valorização da cultura e história da população negra, está garantindo que a legislação antirracista seja implementada na educação, além de garantir a desconstrução dos estereótipos sobre a cultura negra e assegurar os direitos negados.

A Proposta Curricular, atendendo as Preconizações da Educação para as Relações Raciais e a Educação Escolar Quilombola, aborda o conteúdo em duas perspectivas e define os eixos “da diversidade e a valorização étnica dos alunos como forma de fortalecimento da cultura, e da causa quilombola”. (PPP, 2017, p.49). Os eixos estabelecidos no documento

referem acerca da valorização dos diferentes sujeitos com base na diversidade étnica e sociocultural, e configura a visão positiva acerca de sua cultura e principalmente sobre a identidade quilombola.

Compreende-se, diante desse contexto apresentado no documento, que cada momento histórico, cada elemento sofre interferência no papel e na posição dentro “sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (SANTOS, 1985, p. 9). Assim, tratar questões relacionadas à diversidade étnica, valorização da cultura negra e, principalmente sobre o negro, torna-se um mecanismo necessário na construção de uma imagem e postura positiva e respeitosa para com a população negra.

Ao desenvolver conhecimentos sobre sua cultura e identidade cultural, e enquanto pertencente a um determinado grupo social no currículo da Educação Básica, estamos possibilitando aos alunos se sentirem pertencentes de todo o processo. Segundo Callai (2003, p. 78).

[...] dar condições ao aluno de se reconhecer-se como sujeito social que tem uma história, que tem um conhecimento prévio do mundo e é capaz de construir o seu conhecimento. Significa compreender a sociedade que vive sua história e o espaço por ela produzido como resultado da vida dos homens. Isso tem de ser feito de modo que o aluno se sinta parte integrante daquilo que está estudando.

A escola ao contribuir com o reconhecimento e valorização das raízes culturais dos alunos, está construindo cidadãos conscientes de seus valores e direitos, desconstruindo posturas negativas que foi perpetuada nas relações sociais sobre suas pluralidades, cultura e principalmente sobre sua história.

O documento ainda assegura sobre o processo de implementação da proposta curricular em comunidades quilombolas, requer “[...] a compressão de [...] múltiplas relações estabelecidas pelos quilombolas nas famílias, no trabalho, na cultura, na relação com o sagrado, entre as gerações e com o meio ambiente do território” (PPP, 2017, p.51).

Essa discursividade revela o processo das diversas relações estabelecidas nesses territórios e suas significações entre pessoas, cultura e o sagrado. É compreender que o movimento que ocorre no território quilombola é diferente, cada espaço reflete uma história. Todos os conhecimentos e relações estabelecidas nas comunidades quilombolas sendo consideradas no currículo da educação se referem ao compromisso pedagógico na oferta de uma educação que possibilite a superação de situações desiguais, racismo, preconceito, e que sejam construídas posturas positivas quanto à cultura negra e seus conhecimentos “[...] à luz da história e da realidade social e racial do nosso país” (GOMES, 2002, p. 41).

O projeto Pedagógico construído pelo coletivo escolar e a comunidade visando atender a comunidade Quilombola do América corrobora:

Resgatar a história, os costumes, os valores, a posição social e a cultura, procurando construir um currículo com os quilombolas e para os quilombolas [...]. A proposta curricular seja voltada para os quilombolas, onde os alunos possam conhecer a sua história, seus direitos, conhecer sobre sua cultura e religião (PPP, 2017, p.52).

O currículo da Educação escolar Quilombola se configura enquanto uma educação firmada a partir das vivências sociais e históricas dos alunos e seus familiares, com ênfase nos valores, histórias, e principalmente direitos. Assim, as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulam vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuem para construir as identidades dos educandos (BRASIL, 2010b).

A proposta curricular busca o reconhecimento e a valorização da história, cultura e memória afro-brasileira construída com e para os quilombolas centrada na história, no campo do direito e no reconhecimento de sua cultura e religiosidade. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola pensar o currículo da Educação Escolar Quilombola:

[...] não significa se ater apenas a um passado histórico ou se fixar ao momento presente. Significa realizar a devida conexão entre os tempos históricos, as dimensões socioculturais, as lutas sociais do Movimento Quilombola e do Movimento Negro, as tradições, as festas, a inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2012, p. 42-43).

A comunidade escolar do quilombo do América por meio de seu PPP busca um currículo que contemple os aspectos socioculturais, a tradição e a valorização das memórias históricas da comunidade. As relações estabelecidas entre escola e comunidade representam um mecanismo importante, ao compactuar de diferentes realidades e momentos históricos podem proporcionar no desenvolvimento do aluno a construção de valores que são estabelecidos nas famílias e nos espaços da comunidade. Mas, evidenciou-se a necessidade de ampliação no Projeto Pedagógico a dimensão de “[...] territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas, de modo a orientar todo o processo educativo” (BRASIL, 2012b, p. 13).

No currículo escolar os conhecimentos sobre comunidade quilombola se referem na melhoria do olhar do próprio quilombola acerca de suas raízes históricas, de sua identidade quilombola e também da história da comunidade e seus processos de construção. O documento se refere ao fortalecimento da identidade com vista a manter viva a história da comunidade, conforme:

O fortalecimento da identidade quilombola, e a valorização dos saberes dos antepassados, a participação dos mais velhos na comunidade, pois compreendem que são eles, que detém a memória da comunidade e que tem conseguido ao longo do tempo manter viva a história (PPP, 2017, p. 53).

O fortalecimento identitário de uma comunidade quilombola sendo firmado com base nos processos positivos formais e não formais contribui para a ruptura de uma educação pensada historicamente para a branquitude. O fortalecimento da identidade e a valorização dos saberes é preservado pela memória histórica dos mais velhos da comunidade, possibilitando as crianças, jovens e adultos vivenciarem suas histórias, memórias e a preservação do patrimônio histórico e cultural da comunidade

A ideia de identidade quilombola é estreitamente atrelada ao conceito de pertença, logo os laços de identidade entre as comunidades quilombolas e outras, “[...] parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação” (SOUZA, 2008, p. 78).

Assim, construir a identidade firmada na história dos mais velhos e na história própria dos estudantes deve contribuir para construir posturas respeitadas sobre sua história e da população negra, e, sobretudo que forme cidadãos cientes de seus direitos sociais e educacionais. No processo de afirmação dessa “[...] identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os modos de percepção “legítima” da (di)visão social, do espaço, do tempo da divisão da natureza” (GONÇALVES, 2003, p. 379).

A proposta curricular com vista a contribuir com o processo de identidade quilombola e, sobretudo, para a permanência das pessoas no seu território quilombola, garantindo os seus modelos de vida, leva em consideração os seguintes eixos:

[...] terra, que remete ao território como o lugar onde floresce a vida, onde se compartilha a memória a partir da relação com os mais antigos é o lugar da história de resistência. Organização, porque se desenvolve processos de fortalecimento e empoderamento para as lutas. História e memória, que refere acerca de conhecimentos sobre a história da comunidade, contada pelos mais antigos da comunidade fortalecendo a cultura, as lutas e as identidades da comunidade (PPP, 2017, p. 54).

O PPP ao garantir que sejam trabalhos conhecimentos e valores nas relações comunitárias garante que o direito de ser quilombola em suas respectivas singularidades seja respeitado nos processos de ensino formal. Nesse sentido, “A questão territorial, ao remeter os quilombolas a um passado de luta, os faz reviver memórias e sentimentos relatados por seus antepassados e reafirma uma situação de instabilidade e injustiça, comum desde o passado desses sujeitos [...]” (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, p. 110).

O currículo da Educação Escolar Quilombola deve contemplar os conhecimentos sobre a cultura negra, a história, as lutas, as resistências para afirmação das identidades, está se garantindo uma educação que desconstrua a hegemonia curricular, que assegure o acesso a mais pessoas sobre a real história da população negra e possibilitando o ~~confronto~~ enfrentamento as situações desiguais que se apresenta na sociedade brasileira.

O território é um dos principais elementos que compartilham da construção da identidade quilombola, assim como a forma comunal de se relacionar com a terra, a produção coletiva, a religiosidade, entre outras características (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014). O entrelaçamento do indivíduo a terra constitui-se um elemento importante e necessário para a construção identitária dessas comunidades e, principalmente, da identidade enquanto um povo e um grupo. Assim, o sujeito age sobre esse mundo e sua realidade, competindo na alteração de marca singular (CIAMPA, 1983) permitindo “[...] transitarem entre uma identidade que remonta ao passado, mas que também se projeta sobre um futuro” (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, p. 113).

Nas práticas culturais da escola (figura 9) evidencia-se os aspectos socioculturais da comunidade, seus saberes e seu processo de construção de identidade quilombola.

Figura 9: Atividade representativa da Cultura da Comunidade Quilombola



Fonte: acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019

Conforme a realidade vivenciada na escola da comunidade, ressalta-se a importância significativa do documento norteador do trabalho pedagógico permear conhecimentos que desconstrua o cenário de desigualdade e de exclusão que historicamente marcou a educação brasileira, possibilitando que seja fluido de conhecimentos, culturas e processos identitários, formas de enfrentamento ao racismo e discriminação e a violação de direitos. A esse respeito o PPP afirma: “Articulação para refletir sobre a discriminação e a desigualdade racial direta e indireta, mediante a temática, raça, gênero, e orientação, através da adoção de políticas públicas que objetivem o fim da violação de direitos humanos” PPP (2017, p. 49).

A discussão sobre a discriminação, desigualdade, raça, gênero, possibilitar aos alunos a reflexão da realidade de racismo e preconceito, além de permitir a construção de uma postura que seja contra situações desiguais que inferiorizem o outro por qualquer diferença, ou por suas raízes culturais, religiosas, ou sendo pertencente a determinado grupo. Logo, notamos a importância significativa da escola na construção de “[...] identidades plurais, menos fechadas em círculos restritos de referência, quanto pode contribuir para a formação de indivíduos mais compreensivos, tolerantes e solidários” (BRASIL, 2009, p. 60).

A formação da identidade, enquanto “[...] uma rede de informações complexas e zonas de sentido que operam simultaneamente e transitam entre identificações e metamorfoses” (FURTADO, PEDROZA, ALVES, 2014, p. 107), considera-se a necessidade fundamental de trabalhar a temática sobre a cultura negra e processos negativos que ficaram enclausurados a população negra por muito tempo enquanto um mecanismo que construa postura mais respeitosa para com a história e cultura negra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar os conhecimentos socioculturais e o currículo da Educação escolar Quilombola de Comunidades Quilombolas na Amazônia paraense. Os resultados apontam a significativa importância dos conhecimentos socioculturais das comunidades do América e Jurussaca enquanto um território quilombola, e o quanto esses conhecimentos fortalecem a história de luta, e por reconhecimento como cidadão de direito, participante de um território e de sua própria história.

Esse panorama confirma a urgência e a necessidade de [re]construção de políticas curriculares, práticas e investimento não só nos processos educacionais básicos como de construções de documentos norteadores do trabalho pedagógico, mas também na formação inicial e em serviço dos docentes e demais profissionais que atuam na Educação Escolar Quilombola e na produção, circulação, socialização e análise de material didático e paradidático na perspectiva da Lei n.º 10.639/03, do Parecer CNE/CP 03/04, da Resolução CNE/CP 01/04 e suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (GOMES, 2012).

O PPP apresenta um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola, considerando as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural quilombola, sendo flexível e em diálogo com a comunidade. Organiza-se de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004).

Os saberes socioculturais das comunidades quilombolas de Jurussaca e América no Nordeste do Pará são reconhecidos e valorizados pela comunidade, evidencia-se uma rede de solidariedade, valorização dos saberes dos mais velhos, dos saberes da terra, da ancestralidade. Mas, há necessidade de ampliação do diálogo com as Secretarias estaduais e municipais a respeito do desenvolvimento de processos de formação continuada dos professores e da legitimação do currículo da Educação Escolar Quilombola.

Os resultados do estudo revelam que o PPP apresenta um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola, considerando as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural do quilombo, sendo flexível e dialógico (comunidade escolar e local). Os saberes socioculturais são reconhecidos e valorizados pela comunidade e fortalecido por uma rede de solidariedade, que mantém viva a história e cultura do quilombo por meio dos saberes dos mais velhos, dos saberes da terra e da ancestralidade.

Conclui-se que o PPP para a comunidade escolar quilombola se constitui como um projeto emancipatório (que abriga conflitos, lutas e resistências). A proposta curricular da Educação Escolar Quilombola incorpora conhecimentos tradicionais das comunidades em articulação com o conhecimento escolar (sem hierarquização) e busca ordenar os conhecimentos e as práticas sociais e culturais, considerando a presença de saberes que circulam, dialogam e indagam a vida social dos quilombos do Norte do Brasil.

Com a efetivação desses conhecimentos e a valorização da educação enquanto um direito constitucional e direito a todos, propõem a ruptura hegemônica do currículo da educação, de modo a considerar outros conhecimentos necessários para a formação de todos e principalmente os estudantes quilombolas. A garantia do direito educacional, e principalmente a valorização de diversidade cultural, garante que a pluralidade de culturas e sujeitos que compõem a sociedade brasileira sintam-se integrante do processo educacional, configurando-se na efetivação das legislações antirracistas e, sobretudo, nas vivências da educação brasileira de modo que a educação seja pensada e ofertada para todos e todas, garantindo que as comunidades reconstruam a sua história, e que as identidades sejam preservadas e visibilizadas.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. In: **RB Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, mai., 2004.

ARRUTI, José Mauricio. Quilombos. In: **Raça: Perspectivas Antropológicas**. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 2003, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal, DF**. 10 de jan., 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Parecer CNE/CP3/2004.

BRASIL. **Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial, Brasília, 07 fev. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.465/08, de 1 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal, DF**. 11 de mar., 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010, p.425-495.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: [portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192).

BRASIL. **Resolução n. 4/2010**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 jul. 2010b.

BRASIL. **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica. Brasília**. MEC, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Acesso em 10 de setembro, 2012, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm).

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Acesso em 08 de janeiro, 2013, em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm).

CALLAI, Helena C. O estudo do município ou a geografia nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANI, Antônio Carlos. Et al (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 77-82.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3ª. ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

GURAN, Milton. **Identidade Agudá espelhada no tempo: fotografia como instrumento de pesquisa social – um relato de experiência**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 557-565, maio-ago. 2014.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da Psicologia Cultural. In: **Psicologia & Sociedade**. 26(1), 106-115. Brasília: UnB, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. ALETRIA: **Revista de Estudos de Literatura**, 2002. P. 38-47. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo Sem Fronteiras, v.12, n.01, p.98-109, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003. 590 p.

HAESBAERT, Rogério (2002). **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo. Contexto.

JUNKER, B.H. **A Importância do Trabalho de Campo**. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1971.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LIRA, Elizeu Ribeiro; NETO, Olegário B. Ribeiro. O Território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA – Vol.2, N.2. Dezembro, 2016, p. 36-56.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E.D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, M. G. V. (1997). **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa.** Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. Universidade Federal Fluminense, **Revista de Ciências Humanas e Artes**, ISSN 0103-9253 v. 14, n. 1/2, jan./dez., 2008.

PISANI, maria Augusta Justi. Taipas. In: COLLET, Gilsa B. et al. **Relatório de Pesquisa: Promoção do Desenvolvimento Sustentável: Comunidades do Semi-Árido**, MackPesquisa: São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **Ciclo de Política Curricular do Estado do Pará (2008-2012): A enunciação discursiva sobre relações “raciais”.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2014.

SILVA, Glayce de Fátima Fernandes da; SARAIVA, Luis Junior Costa. Terra, Território e Territorialidades em Jurussaca: Comunidade Quilombola na Amazônia Oriental. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá, no 9, Vol IX, Número 2, Jul-Dez, 2017, Pág. 179-201.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro.** Universidade Federal de Brasília. Dissertação de mestrado. 2008.